ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025 - SRP
PROCESSO ADMINISTRATIVO 006/2025
CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DO VELHO CHICO – CDS VELHO CHICO

Termo de Contrato celebrado entre o Consórcio de Desenvolvimento Sustentavel do Velho Chico – CDS Velho Chico e a Empresa **COOPERATIVA AGROPECUARIA DOS AGRICULTORES E APICULTORES DO MEDIO SAO FRANCISCO LTDA**, inscrita no CNPJ nº **07.980.127/0001-63**.

Pelo presente instrumento, as partes, de um lado a o Consórcio de Desenvolvimento Sustentavel do Velho Chico – CDS Velho Chico, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 30.069.044/0001-39, com sede localizada a via BR 430, Km 2s, Loteamento Shagrila, Bairro Lagoa Grande, Bom Jesus da Lapa/BA, neste ato representada pelo Presidente, Sr. Laércio Silva de Santana**,** Presidente do Consórcio**,** portador do RG nº 13.873.828-96 SSP/BA e CPF/MF nº. 843.494.255-00, residente e domiciliado na Rua B, nº 381, Bairro Lot Morada Real**,** Ibotirama, Estado da Bahia, CEP: 47.520-000, de ora em diante denominada CONTRATANTE, do outro lado, a Empresa **COOPERATIVA AGROPECUARIA DOS AGRICULTORES E APICULTORES DO MEDIO SAO FRANCISCO LTDA**, inscrita no CNPJ nº **07.980.127/0001-63**, com sede no povoado de Itapera, s/nº, Zona Rural, no município de Ibotirama – BA CEP: 47.520-000, neste ato representada pelo Srº, Rafael Sodré Farias, portador do RG 14.354.414-43 e do CPF: 050.009.625-24, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 003/2025, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no Edital de Pregão Eletrônico – SRP Nº. 003/2025, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n. º 11.462, de 31 de março de 2024, e em conformidade com as disposições a, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. DO OBJETO E VALOR

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual Contratação de pessoas jurídicas para aquisição de gêneros alimenticios da agricultura familiar e empreendedor familiar rural nos municípios consorciados do consórcio de desenvolvimento sustentável do velho chico cds – velho chico – Sistema de Registro de Preços – SRP, especificados nos itens descritos no Termo de Referência, anexo I, do Edital de Pregão Eletrônico SRP Nº. 003/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

1.2. Deverão ser respeitadas as especificações e condições de fornecimento contidas no Edital que precedeu esta Ata de Registro de Preços, que dela fica fazendo parte integrante.

1.3. O valor referente a esta contratação será de **R$ 6.138.357,80 (seis milhões cento e trinta e oito mil trezentos e cinquenta e sete reais e oitenta centavos)**, de acordo a

solicitação do Consórcio.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são indicadas no Anexo da Presente Ata as que conta na proposta da empresa.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o **CONSORCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO – CDS VELHO CHICO**.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

a) apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

b) demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

c) consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

a) O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços

registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021. **Vedação a acréscimo de quantitativos**

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de **1 (um) ano**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no diário oficial, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

a) O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

b) Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

a) O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

a) Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

b) Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.b.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.b.2. Mantiverem sua proposta original.

c) Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.b.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no Diário Oficial e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a

ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

a) O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

a) Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

b) Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021;

b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

c) Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

6.1.c.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.c.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

a) Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

b) Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
c) Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
d) Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.
7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
a) Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
b) Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.a), sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e na legislação aplicável.
c) Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
d) Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
e) Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item a), o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
f) O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:
a) De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
b) De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

a) O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
b) Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
c) Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
d) Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462/2023; ou
e) Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

9.1.e.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item a) será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
a) Por razão de interesse público;
b) A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
c) Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462/2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

a) As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462/2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462/2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

11.3. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Bom Jesus da Lapa/BA, 03 de Abril de 2025.

_____

CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO – CDS
Laercio Silva de Santana
CONTRATANTE

_____

COOPERATIVA AGROPECUARIA DOS AGRICULTORES E APICULTORES DO MEDIO SAO FRANCISCO LTDA
Rafael Sodré Farias
CONTRATADO

Testemunhas:

1ª_____
CPF.:

2ª_____
CPF.:

ANEXO – PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico – CDS

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 003/2025-SRP

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 006/2025

OBJETO: Contratação de pessoas jurídicas para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e empreendedor familiar rural nos municípios consorciados do consórcio de desenvolvimento sustentável do velho chico cds – velho chico – Sistema de Registro de Preços – SRP.

PROPOSTA REALINHADA

PROPONENTE:

1. **Razão Social**: Cooperativa Agropecuária dos Agricultores e Apicultores do Médio São Francisco LTDA
2. **Endereço**: Povoado de Itapeba, S/n, Zona Rural, Ibotirama/BA
3. **Contato**: **CEL**. (77) 98867-5416 – **TEL**. (77) 3698-1704 – **E-mail**. coopamesf2005@gmail.com
4. **CNPJ**: 07.980.127/0001-63
5. **Dados Bancários**: Banco do Brasil, Agência: 0817-6, Conta corrente: 18.151-x
6. **Representante Legal**: Rafael Sodré Farias, CPF nº 050.009.625-24
7. **Validade da Proposta**: 60 (sessenta) dias.

Assunto: PROPOSTA FINANCEIRA REALINHADA

Vimos apresentar proposta conforme planilha abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UND	QUANT.	MARCA	V. UNIT	V. TOTAL
1	ABÓBORA, madura, de boa qualidade, firme, sem defeitos, intacta, livre de parasitas e apodrecimentos	KG	16.720	IN NATURA	R$ 5,10	R$ 85.272,00
2	ACEROLA fresca	KG	4.500	IN NATURA	R$ 7,50	R$ 33.750,00
3	ALFACE, COM FOLHAS ÍNTEGRAS, DE ASPECTO FRESCO	UNID.	3.660	IN NATURA	R$ 4,50	R$ 16.470,00
4	ALMONDEGAS DE PEIXE, PCT COM 50	UN	2.000	NT PESCADOS	R$ 53,00	R$ 106.000,00
5	BANANA PRATA, Tamanho regular em pencas de 1ª qualidade, tamanho e coloração uniformes, com polpa intacta e firme	KG	108.460	IN NATURA	R$ 5,97	R$ 647.506,20
6	BATATA DOCE, de boa qualidade, firme, sem defeitos, intacta, livre de parasitas e apodrecimentos	KG	13.650	IN NATURA	R$ 6,30	R$ 85.995,00
7	BEBIDA LÁCTEA, DIVERSOS SABORES 200ML	UN	2.000	COOPAG	R$ 3,11	R$ 6.220,00
8	BETERRABA, de boa qualidade, firme,	KG	7.160	IN NATURA	R$ 6,00	R$ 42.960,00

	sem defeitos, intacta, livre de parasitas e apodrecimentos					
9	BISCOITO DE POVILHO OU PETA CASEIRA, 130G	PCT	15.200	SABOR MANA	R$ 3,00	R$ 45.600,00
10	BISCOITOS (GOMA)	KG	3.900	SABOR MANA	R$ 48,00	R$ 187.200,00
11	BOLO ALIMENTÍCIO, SABOR VARIADO, TIPO SEM RECHEIO, PRAZO VALIDADE 48 HORAS	UNID.(100G)	138.300	SABOR MANA	R$ 3,40	R$ 470.220,00
12	CAFÉ TORRADO E MOÍDO- 250G	UN	15.000	COOPERBAC	R$ 22,50	R$ 337.500,00
13	CEBOLA, de boa qualidade, firme, sem defeitos, intacta, livre de parasitas e apodrecimentos	KG	16.160	IN NATURA	R$ 6,20	R$ 100.192,00
14	CENOURA, de boa qualidade, firme, sem defeitos, intacta, livre de parasitas e apodrecimentos	KG	17.500	IN NATURA	R$ 5,00	R$ 87.500,00
15	CHEIRO VERDE, fresca, com folhas firmes e verdes, sem áreas escuras. Em maços.	UNID.	13.900	IN NATURA	R$ 4,00	R$ 55.600,00
16	CHOCOLATE EM PÓ 400G	UN	2.000	NATUCOA	R$ 25,50	R$ 51.000,00

17	COENTRO MOIDO, isento de matéria terrosa	KG	5.900	IN NATURA	R$ 32,00	R$ 188.800,00
18	COLORAU, isento de materia terrosa	KG	8.740	IN NATURA	R$ 24,00	R$ 209.760,00
19	COUVE FOLHA, tipo médio, fresca, com folhas firmes e verdes, sem áreas escuras. Em maços.	UNID.	7.900	IN NATURA	R$ 5,40	R$ 42.660,00
20	CREME DE MILHO 500G	UN	2.000	COPIRECE	R$ 4,20	R$ 8.400,00
21	FARINHA DE MANDIOCA, 1kg	KG	14.200	TAPUI	R$ 5,91	R$ 83.922,00
22	FECULA DE MANDIOCA (TAPIOCA)	KG	5.100	TAPUI	R$ 11,50	R$ 58.650,00
23	FEIJÃO FRADINHO E CARIOCA	KG	10.000	IN NATURA	R$ 9,89	R$ 98.900,00
24	FEIJÃO VERDE, debulhado, íntegro, de colheita recente; com aspecto, cor e sabor próprio, livre de insetos, parasitas, larvas	KG	12.300	IN NATURA	R$ 10,90	R$ 134.070,00
25	FILE DE PESCADO 1KG	UN	2.000	NT PESCADOS	R$ 50,00	R$ 100.000,00
26	FILE DE PESCADO 500G	UN	720	NT PESCADOS	R$ 24,00	R$ 17.280,00
27	FLOCOS DE MILHO 500G	UN	2.000	NT PESCADOS	R$ 4,30	R$ 8.600,00
	GOIABA boa qualidade, firme, sem					

28	defeitos, intacta, livre de parasitas e apodrecimentos	KG	5.300	IN NATURA	R$ 5,80	R$ 30.740,00
29	LIMÃO boa qualidade, firme, sem defeitos, intacta, livre de parasitas e apodrecimentos	KG	1.462	IN NATURA	R$ 7,00	R$ 10.234,00
30	MAMÃO boa qualidade, firme, sem defeitos, intacta, livre de parasitas e apodrecimentos	KG	20.200	IN NATURA	R$ 4,50	R$ 90.900,00
31	MANDIOCA	KG	44.670	IN NATURA	R$ 6,50	R$ 290.355,00
32	MANGA boa qualidade, firme, sem defeitos, intacta, livre de parasitas e apodrecimentos	KG	16.400	IN NATURA	R$ 3,80	R$ 62.320,00
33	MEL DE ABELHA 1KG	UN	2.196	VELHO CHICO	R$ 31,50	R$ 69.174,00
34	MEL DE ABELHA 250G	UN	2.196	VELHO CHICO	R$ 11,20	R$ 24.595,20
35	MEL DE ABELHA 500G	UN	2.196	VELHO CHICO	R$ 20,90	R$ 45.896,40
36	MEL DE ABELHA SACHÊ	UN	2.196	VELHO CHICO	R$ 1,00	R$ 2.196,00
37	MELANCIA boa qualidade, firme, sem defeitos, intacta, livre de parasitas e apodrecimentos	KG	116.150	IN NATURA	R$ 4,00	R$ 464.600,00
38	MILHO DE MUNGUNZÁ AMARELO 500 G	UN	2.000	COPIRECE	R$ 4,50	R$ 9.000,00

39	MINGAU MILHO INSTANTÂNEO SEM AÇUCAR 200G	UN	2.000	COPIRECE	R$ 5,20	R$ 10.400,00
40	OVOS, TIPO CAIPIRA	DUZIAS	21.000	IN NATURA	R$ 17,00	R$ 357.000,00
41	PÃO CASEIRO não esfarelento ou cascudo, bem assado, tamanho uniforme validade de 48hs	KG	8.212	SABOR MANA	R$ 2,50	R$ 20.530,00
42	PIMENTÃO VERDE boa qualidade, firme, sem defeitos, intacta, livre de parasitas e apodrecimentos	KG	20.520	IN NATURA	R$ 4,50	R$ 92.340,00
43	POLPA DE FRUTAS DIVERSOS SABORES	PACOTE	50.740	BAHIAFRUT	R$ 16,00	R$ 811.840,00
45	QUEIJO MINAS FRESCAL	KG	1.000	COOPAG	R$ 53,98	R$ 53.980,00
46	QUEIJO MUSSARELA	KG	1.000	COOPAG	R$ 54,98	R$ 54.980,00
47	RAPADURA rapadura de cana de açúcar, de 1ª qualidade com aproximadamente 1 kg cada, em embalagem plástica. Contendo data de fabricação e validade.	KG	1.280	SABOR DO CAMPO	R$ 25,00	R$ 32.000,00
48	REPOLHO boa qualidade, firme, sem defeitos, intacta, livre de parasitas e	KG	5.500	IN NATURA	R$ 6,98	R$ 38.390,00

	apodrecimentos					
49	TEMPERO TIPO CASEIRO com alho e sal	KG	5.820	IN NATURA	R$ 27,80	R$ 161.796,00
50	TOMATE boa qualidade, firme, sem defeitos, intacta, livre de parasitas e apodrecimentos	KG	13.600	IN NATURA	R$ 6,99	R$ 95.064,00
					VALOR TOTAL	**R$ 6.138.357,80**

VALOR TOTAL DA PROPOSTA R$ 6.138.357,80 (Seis milhões cento e trinta e oito trezentos e cinquenta e sete reais e oitenta centavos).

A COOPERATIVA AGROPECUARIA DOS AGRICULTORES E APICULTORES DO MEDIO SAO FRANCISCO LTDA DECLARA QUE:

1 ESTÃO INCLUSAS NO VALOR COTADO TODAS AS DESPESAS COM MÃO DE OBRA E, BEM COMO, TODOS OS TRIBUTOS E ENCARGOS FISCAIS, SOCIAIS, TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIOS E COMERCIAIS E, AINDA, OS GASTOS COM TRANSPORTE E ACONDICIONAMENTO DOS PRODUTOS EM EMBALAGENS ADQUADAS.

2 VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (SESSENTA) DIAS.

3 PRAZO DE INÍCIO DE FORNECIMENTO/EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ACORDO COM O ESTABELECIDO NO TERMO DE REFERÊNCIA (ITEM 15) DO EDITAL DESSE PROCESSO.

4 QUE NÃO INCIDE NAS VEDAÇÕES PREVISTAS NA LEI Nº 14.133/2021.

5 QUE O PRAZO DE INÍCIO DO FORNECIMENTO SERÁ DE ACORDO COM OS TERMOS ESTABELECIDOS NO ITEM 15, DESTE EDITAL A CONTAR DO RECEBIMENTO, POR PARTE DA CONTRATADA, DA ORDEM DE FORNECIMENTO/SERVIÇO OU DOCUMENTO SIMILAR, NA SEDE DO CONSORCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DO VELHO CHICO - CDS, BOM JESUS DA LAPA/BA, CEP: 47.600-000.

Ibotirama - Bahia, 18 de março de 2025.

Rafael Sodré Farias

Rafael Sodré Farias
CPF nº 050.009.625-24

Presidente